

**HABEAS CORPUS Nº 548.181 - ES (2019/0354943-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : AMARILDO DE LACERDA BARBOSA  
**ADVOGADO** : AMARILDO DE LACERDA BARBOSA - ES006192  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : RAFAEL GRACIANO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RAFAEL GRACIANO DA SILVA, apontando-se como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela prática do delito de tráfico de entorpecentes, razão pela qual se encontra preso preventivamente.

Impetrado *mandamus* na origem, a liminar foi indeferida.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, a ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que se encontra preso há 198 dias.

Demais disso, aduz que não estão presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar-se a custódia preventiva do paciente, mediante a imposição de medidas cautelares diversas.

É o relatório.

DECIDO.

Compulsando o presente feito, constata-se que a peça inicial veio desacompanhada de documentação indispensável para o deslinde da controvérsia, no caso, a decisão da Corte de origem que indeferiu a liminar do *habeas corpus* lá impetrado foi juntada de forma incompleta, dificultando a perfeita compreensão da controvérsia posta.

É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o procedimento do *habeas corpus* não permite a dilação probatória, pois exige prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração (AgRg no HC n. 289076/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 19/5/2014; AgRg no HC n. 291366/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 29/5/2014; HC n. 269077/PE – 6ª T. – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 2/6/2014).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator